

Museus Históricos: o Desafio do Segundo Centenário da Independência¹

Julia Furia²

Resumo:

Este estudo tem como objetivo apresentar as comemorações do segundo centenário da Independência do Brasil e da Argentina, observando em especial o papel desempenhado pelos museus nacionais no processo comemorativo. Para isto foco em dois museus nacionais, o “Museu Paulista” (São Paulo) e o “Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo” (Buenos Aires). A partir de uma análise das comemorações do primeiro centenário da independência dos dois países e a participação dos referidos museus dentro delas, buscarei traçar um paralelo com as comemorações que já estão sendo organizadas em função do Bicentenário.

Palavra-Chave: Bicentenário da Independência, Museus Nacionais, Comemorações.

Abstract:

This article has the objective to present the celebrations of the 200th independency anniversaries from Argentina and Brazil, with special attention for the role of national museums in the celebrations. For this purpose I focus in “Museu Paulista” (São Paulo) and “Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo” (Buenos Aires). From the analysis of the commemorations of the 100th independency anniversary of each country, and the participation of the above-mentioned museums in the celebrations, will be confronted with those that are already happening in function of the 200th independency anniversary.

Key-words: 200th Independency Anniversary, National Museums, Celebrations.

¹ Este trabalho foi escrito como um Projeto de Iniciação Científica (PIC) no ano de 2007/2008, orientado pelo Profº. Dr. Jaime de Almeida.

² Graduada em História pela Universidade de Brasília – UnB.

O ciclo comemorativo na América Latina em função do bicentenário já começou. A partir de 2008 comemoramos a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a formação das primeiras juntas que lutaram pela independência na América Espanhola. Este ciclo se fechará apenas em 2025, com a comemoração da independência da Bolívia. Este é portanto um momento único para as nações latino-americanas, que ao longo de praticamente duas décadas celebrarão o seu nascimento como nações independentes.

Este estudo busca traçar um perfil das comemorações na Argentina e no Brasil, que completam 200 anos em 2010 e 2022 respectivamente,³ considerando o papel dos museus nacionais dentro delas. Para tal, tomo como exemplo dois museus, o “Museu Paulista”, em São Paulo, e o “Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo”, em Buenos Aires.

Pierre Nora (1993), refletindo sobre a comemoração do bicentenário da revolução francesa, observou que nas sociedades contemporâneas existe uma espécie de obsessão comemorativa, que se manifesta na transformação de todas as datas históricas em eventos comemorativos. A dinâmica das sociedades contemporâneas está sempre em ruptura com o passado, e por isto a busca pela memória torna-se uma necessidade compulsiva.⁴ Essa tese, consciente das consequências profundas da globalização – como a unificação da Europa – leva em conta o que já foi proposto por Eric Hobsbawm (HOBSBAWM & RANGER:1984) a propósito da formação dos Estados Nacionais nos séculos XIX e XX: a invenção de tradições por meio de cerimônias públicas e da construção de monumentos para ajudar a fortalecer o novo sistema e regime junto à sociedade. O objetivo dessa produção em massa de novas tradições era o de buscar no passado da nação, supostamente imemorial, uma legitimidade tão sólida como aquela das monarquias do Antigo Regime.

Estas comemorações são consideradas uma forma especial de contato com o passado, e por isto Nora as inclui entre os *lugares de memória*. Este conceito é definido como sendo “toda a unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (Nora: 1993, p. 20). Pode-se perceber que dentro das sociedades contemporâneas as

³ Observe-se que a maioria dos países hispano-americanos comemora com mais ênfase a independência na data de abertura (supremas juntas) enquanto o Brasil privilegia a data da culminação do processo (proclamação formal e efetiva da independência).

comemorações apresentam um grande potencial simbólico, são momentos em que as instituições e a sociedade civil repensam e questionam o passado e o presente.

A partir desta definição de Nora, podemos ver também os museus nacionais como *lugares de memória* muito especiais, já que estes são pontos nos quais grande parte da memória nacional é cristalizada. A UNESCO define os museus como instituições a serviço da sociedade, da qual são partes integrantes e possuem elementos que lhes permitem participar da consciência das comunidades a que eles servem (PRIMO: 1999). Segundo esta definição, percebemos que eles não devem se omitir das comemorações da memória nacional, já que são os seus guardiões.

Os museus históricos são agências classificadoras, pois retiram os objetos de seus locais de origem e os reordenam segundo critérios próprios. Estes objetos, ao perderem os vínculos com seus contextos originais, tornam-se elementos de uma nova escrita, são as narrativas escritas pelos museus. “Os museus, portanto, estão sempre construindo novas narrativas a partir dos objetos que selecionam, sejam eles oriundos do passado ou do presente” (SANTOS: 2002, p. 100). É a narrativa histórica transformada em linguagem visual, segundo a leitura histórica feita pelo museu. Assim, dentro das comemorações, estas instituições podem criar discursos, a fim de fortalecer identidades e defender interesses específicos, fazendo parte das políticas públicas (comemorativas).

Desde a Renascença surgiram na Europa os museus históricos, mas é no século XIX que eles atingem seu apogeu – o século XIX foi conhecido como o século dos museus históricos. Assim os museus ganham um caráter político e passam a ter uma capacidade de moldar-se aos interesses políticos de legitimação das nações ainda em processo de formação. Estas instituições têm como objetivo ressaltar a ordem histórica das sociedades (BREFE: 2005). Como exemplo destes museus, podemos citar o Louvre, na França, que, mesmo na condição de museu de arte e não exatamente de história, se associou a um discurso enaltecedor da nação francesa justamente no momento em que se destruíam as representações simbólicas do velho regime.

Os dois museus que serão aqui estudados são considerados museus históricos por apresentarem um discurso histórico acerca de um determinado período, a independência de seu país. Buscarei entender a participação dos museus no contexto das comemorações do Primeiro

⁴ Para P. Nora, memória é uma tradição definidora, portadora de uma herança que dá sentido e forma. A memória é algo vivo e dinâmico. (NORA: 1993).

Centenário e como eles podem ser inseridos nas comemorações do Segundo Centenário que se iniciarão em breve.

AS COMEMORAÇÕES ARGENTINAS:

A Argentina do início do século XX passava por uma nova fase, após a difícil consolidação da sociedade no pós-independência. A região platina passou por vários conflitos em decorrência de sua emancipação da Espanha e apenas em 1880 foi possível construir um Estado Nacional argentino centralizado e organizar sua economia.

Temos então no início do século XX uma sociedade em rápida transformação, principalmente devido à entrada de imigrantes. No período de 1905 a 1910 inicia-se uma política de incentivo à entrada massiva de imigrantes europeus na América do Sul. A imigração foi muito estimulada em alguns países, pois os governantes da época buscavam construir um Estado que se assemelhasse à Inglaterra e à França e buscaram nos imigrantes uma forma de trazer a cultura européia para o povo e o país. Estes imigrantes vieram a formar em boa medida a nova classe operária da Argentina. Mas o objetivo dos imigrantes era voltar à sua terra natal, evitando assim assimilar-se culturalmente ao país. Apesar disto, eles influenciaram em muito a cultura argentina (MENESES: 2000). O que devia ser um benefício para a população argentina, tornou-se um problema.

Por conseguinte, temos na comemoração do primeiro centenário da Revolução de Maio, 22 de maio de 1910, uma festa na qual o pano de fundo foi a luta de classes – muito influenciada pelos ideais trazidos pelos imigrantes. A classe dominante no período, formada na sua maioria por *criollos* (os descendentes dos espanhóis), optou por basear as comemorações pátrias em oposição ao imigrante estrangeiro e resgatar a sua herança colonial hispânica e criolla, que havia sido fortemente rejeitada pelos liberais do século XIX (MENESES: 2000).

O tango foi então escolhido como representante da cultura local, em oposição à cultura estrangeira. O tango já era um ritmo portenho muito conhecido na Europa, como disse um cronista da época “el tango es, pues, la última forma de penetración pacífica con que la República Argentina está conquistando al Viejo Mundo” (SAENZ: 1986, p. 121).

A idéia central para as comemorações era de fortalecer a imagem da Argentina junto a outros países, principalmente entre os países vizinhos. “A festa do primeiro centenário da Independência deveria mostrar à Europa, à América e à Ásia que o país austral havia-se colocado

em lugar preponderante” (MENESES: 2000, p. 31). O objetivo era portanto mostrar que em 1910 o patriotismo argentino já se havia consolidado no interior da sociedade. Além disso, a festa buscou prenunciar as grandes possibilidades que aguardavam o país.

Os Estados Unidos participaram da festa, disputando o lugar que até então pertencia quase exclusivamente à Inglaterra. As comemorações serviram para aquele país ganhar maior destaque dentro da política interna argentina. Houve também a participação da Alemanha nas comemorações. A participação alemã teve como objetivo demonstrar que as relações entre os países do Cone Sul e os países do Atlântico Norte fluíam com facilidade. A participação de países europeus também servia para demonstrar resistência à hegemonia que os Estados Unidos buscavam criar junto aos países latino-americanos.

As comemorações contaram com a participação da infanta D. Isabel, representando a monarquia espanhola. A presença de um membro da corte espanhola permitiu que a cultura espanhola ganhasse mais destaque dentro do país. A elite que havia rejeitado sua origem espanhola, agora se voltou a ela como uma forma de enaltecer sua identidade perante a cultura imigrante que tomava conta do país. Assim a imagem da infanta foi largamente utilizada na contraposição entre a cultura ibérica, latina, e a cultura protestante e anglo-saxônica (MENESES: 2000).

A cultura argentina foi muito comparada aos seus países vizinhos, especialmente o Brasil e o Chile. Era a idéia de enaltecer a nação Argentina frente ao resto dos países latinos. O Chile, apesar dos agudos conflitos territoriais que ocorreram anos antes e que ainda não tinham sido resolvidos, participou da festa. Usou-se muito a imagem de San Martin como um elo comum às duas histórias, remetendo-se a uma “velha amizade” entre os dois países. Entre a Argentina e o Brasil a história foi diferente, não existia nenhum elo histórico que ligasse os dois países, e devido às constantes tensões entre os dois países, o Brasil passou praticamente despercebido nas comemorações de 1910 (MENESES: 2000).

A festa de comemoração do primeiro centenário não buscava apenas exaltar a grandiosidade da cultura e sociedade argentina frente aos outros países, ela também pretendia revelar aos imigrantes – vistos como adeptos, na maioria, de ideais anarquistas e socialistas – que a Argentina era uma grande nação. Buscou-se mostrar que a Argentina “descendia dos heróis da independência, da guerra do Paraguai, e das campanhas do Deserto. As comemorações, portanto,

não foram apenas manifestações patrióticas, mas sim uma resposta clara aos grevistas anarquistas e socialistas” (MENESES: 2000, p. 60-61)

Os Cabildos foram instituições tradicionais da colonização espanhola em toda a América Latina. O Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo foi criado no prédio onde funcionou o Cabildo de Buenos Aires até 1821, junto à praça de Maio e praticamente em frente à Catedral da cidade. A Praça de Maio foi um local de intercâmbio comercial, social, político e cultural, permanecendo hoje como um dos pontos turísticos mais importantes da cidade. A praça foi cenário da Revolução de Maio, que levou à independência da Argentina. E é até hoje um local de muita agitação política, principalmente por se localizar próximo do Congresso Nacional e da Casa Rosada - sede da Presidência da República.

É neste cenário de grande importância histórica e política para a sociedade argentina que está erguido o Museo del Cabildo. O seu objetivo é mostrar a evolução e involuções arquitetônicas através de fotos e gravuras do edifício, com outros cabildos e prédios da época (MORENO:1996). Segundo a proposta do museu, o visitante é que deve avaliar os personagens e decidir se a história contada é a dos inocentes ou a dos culpados, já que a exposição busca transmitir sua história através de um discurso “sem critérios tendenciosos”.

O Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo foi fundado em meados do século XX, não tendo participado, portanto, das comemorações do primeiro centenário da Revolução de Maio. Mas a instituição está inserida dentro de um cenário histórico e político muito maior do que ela própria, a Praça de Maio. A Praça é o grande lugar de memória da população argentina, local onde ocorrem as comemorações e manifestações da população local e das províncias. O museu se torna assim um coadjuvante, e a Praça a personagem principal.

Sua participação ínfima nas comemorações também pode ser compreendida, já que dentre os lugares de memória para a independência argentina, o Cabildo não teve uma significação tão grandiosa. E hoje, este também não buscou mudar sua posição dentro dos lugares de memória da independência, tornando-se apenas uma parte do cenário da Praça de Maio que, esta sim, tem um papel simbólico muito especial dentro da memória portenha. Esta seria uma das razões para que em nosso estudo acerca dos projetos para o segundo centenário da Revolução de Maio ainda não tenhamos encontrado textos voltados à participação do Museu do Cabildo.

Com a aproximação das comemorações do Segundo Centenário da Revolução de Maio o governo argentino decidiu instituir uma comissão para organizar as comemorações para tal

evento. O Comité del Bicentenario foi criado em 2005 e tem como objetivo levar adiante as obras, fixar metas e criar uma consciência social sobre a data. Como explica Margarita Gutman (2005), por ser uma data fixa no calendário, o bicentenário pode ser preparado com antecedência e construído coletivamente.

O Segundo Centenário da Independência está sendo construído sob a memória da primeira comemoração cem anos antes. O Segundo Centenário é uma oportunidade de comparar as comemorações do primeiro centenário, levando em conta os contextos distintos nos diferentes momentos históricos.

Oficialmente o governo estipulou três objetivos para o comitê cumprir até 2010: realizações das obras do bicentenário (construção de escolas e restauração de teatros e monumentos históricos); fixação de metas a serem cumpridas em relação à re-industrialização do país e reforma fiscal, política e judicial, para que durante as comemorações em 2010 estes logros possam ser utilizados; e por último o comitê deve criar uma consciência coletiva sobre a importância da construção do bicentenário. Segundo esta concepção as comemorações do Bicentenário devem ser um momento de entusiasmo coletivo, deve ser um momento de ultrapassagem das crises atravessadas pelo país.

Para cumprir o terceiro objetivo o comitê organizou quatro debates anuais (2005 – 2008) para que a data de 25 de maio de 1810 seja discutida e se estabeleça o seu significado atual. Segundo o Secretário da Cultura, José Nun (2006), os debates ocorreram à sombra das datas de 1810 e 1910 e à luz de 2010. “Es una invitación a hablar del pasado y del presente para construir desde ahora el futuro que denominamos Bicentenario”.

Mas o Estado não é mais a única instituição organizadora de celebrações. Em 1910, o governo argentino foi o principal agente de todas as comemorações, construiu edifícios e monumentos e organizou exposições internacionais. Atualmente a sociedade está mais complexa, o Estado tem mais organismos, demandas e atribuições, mas outras instituições também têm grande alcance. Assim no Segundo Centenário a sua participação é importante, mas não deve ser a única (GUTMAN: 2005). A sociedade e seus vários segmentos devem reivindicar os seus direito de celebrar e comemorar, afim de que as comemorações deixem sua marca para o futuro.

O Bicentenário pode repensar a Argentina, não apenas como um exercício intelectual, mas também como uma demanda sobre todas as coisas e como um esforço para uma reconstrução histórica, institucional, política, econômica e social (KIRCHNER:2005). O segundo centenário é

visto pela atual presidente da Argentina como uma oportunidade histórica inigualável, para o país reafirmar sua identidade e ressurgir como nação.

AS COMEMORAÇÕES BRASILEIRAS:

O primeiro centenário da independência do Brasil foi comemorado durante o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919 - 1922). O objetivo do presidente para a comemoração era dar uma nova cara à nação, ele queria cuidar dos problemas que dificultavam a relação do Brasil com outros países. A unificação do país era o grande objetivo naquele momento, não apenas de uma forma simbólica, mas através da resolução de todos os principais problemas tangíveis (MENESES: 2000). Os jornais e revistas da época propunham que o Brasil deveria construir uma nova identidade, na qual seriam incluídos todos os grupos étnicos até então ignorados.

Outro objetivo atribuído à comemoração do centenário era o papel do Brasil no contexto internacional. A diplomacia brasileira buscava estabelecer um tipo de relações internacionais que o tornasse importante dentro do cenário internacional. O contexto da época também favoreceu muito esta política brasileira. Durante a I Guerra Mundial o país declarou guerra à Alemanha e enviou algumas tropas à Europa, numa conjuntura de queda da influência britânica na América Latina e de aumento da influência americana. Em seguida, a comemoração dos cem anos da independência brasileira serviu para aproximar ainda mais o Brasil dos países americanos e europeus (MENESES: 2000).

Internamente o Brasil tinha grandes dificuldades para estabelecer com sucesso sua política de unidade nacional. O governo anunciava uma política de eliminação de todos os conflitos internos até 07 de setembro de 1922. Era a campanha por um Brasil unido, ao final da qual seria apresentado um mapa sem nenhum conflito interno ou estado litigioso nas fronteiras com os Estados-irmãos. Assim Epitácio Pessoa estipulou como meta de seu governo acabar com as vinte e quatro pendências do país – pendências estas que haviam sido examinadas numa sessão do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em 1918 por Thiers Flemming. O objetivo do presidente Epitácio Pessoa era comemorar a unidade nacional em 1922 sem nenhuma sombra dos conflitos internos⁵.

⁵ Até a data do centenário da independência ainda não haviam sido resolvidos todos os problemas de fronteiras entre os estados, mas é importante ressaltar que o presidente assumiu tal compromisso. (MENESES: 2000).

Outra política pública realizada pelo governo Epitácio Pessoa foi a fundação da Liga da Defesa Nacional (LDN). O objetivo da Liga era incentivar o amor à pátria por meio de festas cívicas, revivendo tradições esquecidas pela população. Era outra forma de se obter a unidade nacional, reforçando a identidade nacional e as celebrações nacionais. Uma das metas da Liga era o aperfeiçoamento da língua nacional nas escolas estrangeiras. “Assim procedendo, ela (a LDN) levará aos corações de todos os brasileiros a convicção que só depende de nós fazer deste país uma enorme nação. E assim, unidos e fortes, viveremos felizes à sombra sacrossanta da Liberdade e da Justiça” (PESSOA: 1956, p. 437-438 cf MENESES: 2000, p. 134).

A década de 20 do século XX foi muito marcada pelo projeto de construção de uma identidade nacional. “Reforçar o sentimento nacional era uma resposta à postura determinista de intelectuais europeus com a finalidade de criar um sentimento de unidade” (SANDES: 2000, pág. 91). Os intelectuais brasileiros, através dos meios de comunicação, divulgaram a idéia de que a comemoração do centenário brasileiro deveria constituir um momento de reflexão e debate sobre o país. A então chamada “Geração de 20” tomou como sua a função de criar uma identidade cultural, criar uma nação e construir um país mais moderno (MENESES: 2000).

O discurso de muitos destes intelectuais era anti-lusitano, eles acreditavam que a causa dos problemas brasileiros estava nas raízes culturais portuguesas – o português seria retrógrado e atrasado. Eles buscavam assim uma nova identidade nacional brasileira, sem referências ao passado luso, e esta identidade foi encontrada na figura do índio. Mas é importante ressaltar que apesar da corrente anti-lusitana, há uma aproximação entre as culturas portuguesa e brasileira. A associação com a cultura lusitana, principalmente através dos símbolos do Império, foi uma das formas encontradas para ajudar na unificação do Brasil.

No contexto político o pensamento nacionalista também marcou presença, mas este foi dividido em duas vertentes. A primeira buscava modernizar o país através da nova identidade nacional. Inicialmente, ela buscou a melhoria da capital federal e de outras cidades litorâneas, pois era do saneamento básico e de outras melhorias que dependia a imagem do país propagada no resto do mundo. A segunda vertente nacionalista se voltou para o interior do país. Ela buscava a construção de um Estado Nacional, no qual deveria participar a população interiorana, especialmente o Nordeste e os sertanejos (MENESES: 2000).

Apesar de a política nacionalista enfatizar a separação com a Europa e a busca por elementos nacionais, como já foi apresentado, durante a comemoração verifica-se uma

reaproximação com Portugal como forma de fortalecer a unidade nacional. Epiácio Pessoa buscou encontrar elos entre as duas culturas, foi buscar nas raízes lusitanas as lacunas para as nossas raízes. Uma das formas de simbolizar a união dos dois países foi a vinda do presidente português para as comemorações. Esta foi a primeira visita de um chefe de Estado lusitano após a independência do Brasil.

Esta aproximação dos dois países durante as comemorações também é perceptível através dos discursos históricos. Após a proclamação da República, todos os símbolos que se referiam à monarquia foram abandonados e o discurso republicano acerca do passado procurou institucionalizar-se, com muito pouco êxito. Com a aproximação da data do primeiro centenário ocorre uma conciliação entre os dois discursos. Assim o governo pôde usar a referência portuguesa para ajudar a fortalecer a unidade nacional. Assim a “tríplice conquista” - língua, raça e território – uma herança lusitana, passou a receber um grande destaque por promover uma hegemonia cultural muito importante para o país no momento. “Este discurso sobre a unidade territorial graças à herança portuguesa era a reação contra as críticas de todos os tipos contra a República” (MENESES: 2000, p. 176).

Como já foi dito, a comemoração do centenário buscou uma aproximação com os países latino-americanos. Neste período houve a aproximação do Brasil com o México, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, como uma das formas encontradas para a maior inserção do Brasil no mundo. Esta política também nos permite perceber que o foco político e cultural do Brasil já não era apenas a Europa. Agora o país também buscava se relacionar internacionalmente com os países latino-americanos. Era o governo republicano mudando a política do século XIX que virava as costas para o próprio continente. O presidente Epiácio Pessoa e o Centenário punham em prática, finalmente, um dos pontos cruciais do Manifesto Republicano de 1870: “Somos da América e queremos ser americanos”.

As comemorações no Rio de Janeiro tiveram um ar internacional com a participação de todos os países acima citados. Foi organizada uma feira internacional, da qual os países participaram apresentando um pouco de sua cultura, política e economia. A Argentina, por exemplo, buscou representar a sua liberdade, a indústria e agricultura.

Diferente das comemorações cariocas, que enfatizaram muito o aspecto internacional da data, a comemoração em São Paulo teve outro foco. As comemorações paulistas buscaram fazer referência à pátria, enfatizando muito o argumento de que a nação havia nascido em São Paulo.

“A liderança paulista no movimento emancipacionista faz parte do ‘destino épico’ manifesto na ação dos bandeirantes, que constituiu em símbolo agregador da coletividade paulista” (SANDES: 2000, p. 90).

O primeiro centenário da independência representou um elemento da constituição da identidade paulista. Dentro do Museu Paulista percebemos esta visão, que buscava destacar o estado de São Paulo frente às demais unidades da federação, enfatizando os bandeirantes pintados como os grandes heróis da nação, responsáveis pela expansão territorial do Brasil. Mas esta visão não se restringiu apenas ao estado de São Paulo: com as comemorações iniciou-se uma disputa entre os vários estados para provar sua participação dentro do processo emancipacionista e afirmar sua própria identidade perante a República (SANDES:2000).

A partir da década de 70 do século XIX, foram introduzidas no país novas idéias que buscavam a formação de uma identidade cultural nacional. Era uma forma de se consolidar o governo imperial, principalmente o reinado de D. Pedro II, que começou após vários conflitos separatistas.

Neste contexto temos a polêmica a respeito da data do 7 de setembro de 1822 como o marco histórico nacional, a data em que o país nasceu. Neste período o país se dividia entre políticos que apoiavam o regime monárquico, e os republicanos. “Foi em 1826 que o parlamento aprovou, em sua primeira legislatura, a introdução do 07 de setembro na categoria de ‘festividade nacional’” (OLIVEIRA: 2002, p. 1). Mas a data não foi aceita por todos. Os republicanos que viam a figura de D. Pedro I como a de um ditador⁶, queriam que o 07 de abril – abdicação de D. Pedro I – ou o 21 de abril – execução de Tiradentes – fossem escolhidos como as principais datas cívicas. Para eles “o patriarca da independência era Tiradentes e não D. Pedro I” (ARAÚJO: 1998, p. 2)

Apesar de todo o debate envolvendo as datas cívicas que representavam o nascimento da nação, a data 07 de setembro foi sempre comemorada. Durante o período regencial encontramos relatos de missas e paradas nessa data. Foi uma data que permitia a legitimação do governo regencial, através da figura de D. Pedro II e também ressaltava o patriotismo cívico dos brasileiros (BASILE: 2006). Como explica Hobsbawm (1984), muitas vezes tradições - como a comemoração de datas - consideradas antigas são na verdade recentes. Estas são tradições

⁶ O discurso republicano apresentava D. Pedro I como ditador, pois este dissolveu a Assembléia Constituinte e se fez aclamar imperador para promulgar a constituição monárquica – constituição que apresentava um quarto poder Moderador (OTTONI: 1860).

inventadas, construídas institucionalmente para que se tenha uma noção de continuidade com o passado do país. Esta é uma prática que não ocorreu apenas no Brasil, mas em todos os Estados recém formados no século XIX.

Para que efemérides como essas tivessem maior impacto dentro da sociedade era necessária a criação de símbolos, para permitir uma universalização do evento. Temos no Brasil a construção de vários monumentos com o objetivo de imortalizar a data de “fundação da nação”. Entre os principais monumentos construídos temos a estátua eqüestre de D. Pedro I, o quadro “Independência ou Morte” de Pedro Américo, e o Monumento do Ipiranga.

O monumento do Ipiranga, que futuramente se tornaria o Museu Paulista, foi construído entre 1885 e 1890, e serviu para marcar definitivamente o local da proclamação da independência. O monumento foi construído durante um período de intensa propaganda republicana, o que o levou a receber novos significados. Em 07 de setembro de 1895, já sob o regime republicano, o Museu Paulista foi inaugurado, surgindo como uma instituição científica voltada para a pesquisa. Mas apenas em 1923 o monumento passou a ter um novo regimento e se tornou oficialmente em museu histórico.

No período compreendido entre a chegada da família real ao Brasil e o primeiro centenário da independência, os museus brasileiros eram mais voltados para a história natural (BREFE: 2005). Eles apresentavam um caráter enciclopédico, que envolvia antropologia, arqueologia e etnografia, e representavam o resultado da consolidação da elite local e da multiplicação de iniciativas científicas regionais. O Museu Paulista não se distanciou desta primeira forma organizacional dos museus brasileiros, só mudando sua política em 1917 com uma nova direção.

Esta nova direção foi do historiador Affonso Taunay, que levou o museu a tomar um novo rumo e assim estar pronto para a comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil. Taunay não apenas buscou preparar o museu para as comemorações mas, sobretudo, quis dar a ele uma nova face por meio das pesquisas históricas. As pesquisas deveriam narrar e explicar a constituição da nação brasileira do ponto de vista de São Paulo bandeirante. É importante lembrar que o museu estava, desta forma particular, inserido na política de construção da unidade nacional.

Seguindo a ótica de que o museu deveria explicar a formação nacional, Taunay não o restringiu ao processo de emancipação, mas também expôs documentos relacionados ao Brasil

Colonial. Isto porque, segundo Taunay, o processo de independência havia iniciado desde aquela época, e o 07 de setembro era apenas uma das etapas da formação identitária brasileira.

Taunay montou, no museu, um conjunto alegórico no qual acentuou a hegemonia paulista perante a nação, com o fortalecimento do mito do bandeirante em uma cidade que ganhava ares cosmopolitas. A montagem dos cenários celebrativos da independência procurava reviver aquele movimento, tendo como centro a história nacional que colocava em xeque o domínio português. Desta forma, produziu-se uma temporalidade na qual o movimento de 1822 tornou-se herdeiro, inclusive, de movimentos de inspiração republicana. Tal mesclagem, reveladora do imaginário da independência, é perfeitamente condizente com a produção de uma memória nacional fundada na fusão do passado monárquico e do presente republicano (SANDES: 2000, p. 99).

A preparação do museu para as comemorações do primeiro centenário da independência ocorreu com a sua nova organização. A montagem conceitual e física da decoração interna do prédio foi preparada especialmente para aquela data. Ela também contribuiu para reforçar ainda mais os laços entre a instituição e a memória nacional. O objetivo do modelo organizacional do museu – disposição espacial dos objetos e imagens – revela que o objetivo de Taunay buscava uma comunicação com o público, era uma forma de motivar o entusiasmo cívico (OLIVEIRA: 2002).

O centenário, como uma festa cívica, apresentava várias intenções pedagógicas. A imagem de D. Pedro I foi o centro de todas as referências ao processo de independência brasileiro.⁷ Não estando de fora das comemorações, o monumento/museu passou a ter um caráter comemorativo e um caráter pedagógico. Podemos dizer que “o museu significou fundamentalmente a realização do sonho de construir uma nação imaginada” (SANDES: 2000, p. 101)

CONCLUSÃO

Pode-se perceber neste estudo a importância das comemorações dentro das sociedades contemporâneas. A ritualização da memória é um processo que precisa de um “espaço físico como âncora na formação de um tipo de memória exigida pela sociedade” (ARÉVALO: 2004, p. 01). Vemos que os museus históricos têm um papel muito importante dentro das práticas

comemorativas, pois estes devem representar um lugar de memória para a sociedade em que se inserem. Mas, como se pode notar, ao tomar como exemplo o Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo, é que este nem sempre se tornam efetivamente parte da memória social.

O Museo Histórico Nacional del Cabildo y de la Revolución de Mayo está inserido dentro de um lugar de memória muito maior que o prédio do Cabildo, que é a Praça de Maio. Esta sim, é o grande lugar de memória em Buenos Aires, é na praça que a memória da Revolução de 1810 é constantemente renovada. O museu, como já foi dito, se torna apenas um coadjuvante. Já o Museu Paulista, apresenta-se em um contexto diferente do primeiro. Durante sua construção já existia o objetivo de torná-lo o berço da nação brasileira. E, desde sua fundação, o Monumento/Museu se tornou o local destinado às comemorações do dia 07 de setembro em São Paulo.

A participação do Museu Paulista nas comemorações do Primeiro Centenário da independência do Brasil foi muito destacada, tendo para isto se preparado antecipadamente. Taunay, o diretor no período, preparou-se com afincos, buscando trazer ao museu elementos que pudessem tornar visível as origens do Brasil. Não apenas o momento da independência, mas também a origem colonial que teria preparado remotamente tal evento. Mas ao analisar as comemorações em 1922, percebemos que houve importantes variações em diferentes estados. Ou seja, houve uma comemoração no Rio de Janeiro com um “ar internacional”, outra comemoração em São Paulo que buscou retomar as origens do país e os demais estados brasileiros também buscaram aproximar o processo de independência à sua história local (SANDES: 2000). Sendo assim poderíamos dizer que houve várias comemorações do primeiro centenário brasileiro.

Mas, como serão as comemorações do Segundo Centenário em 2022? “No Brasil, geralmente as celebrações das datas inaugurais de grande conteúdo simbólico não são previamente preparadas e, por isso, suas comemorações ocorrem de forma improvisada – eu diria até de afogadilho” (MACIEL: 2004, p. 7), declarou recentemente o Senador Marco Maciel, em discurso no plenário do Senado Federal. Esta seria uma das razões de ainda não encontrarmos estudos mais aprofundados sobre tal evento.

⁷ Gerson Galo Ledezma Meneses mostra em sua tese uma exceção: em Pernambuco, as comemorações do Centenário procuraram realçar a importância da Confederação do Equador e minimizar o 07 de setembro.

O senador Marco Maciel continua argumentando em seu discurso que em outros países, como Estados Unidos e França, as comemorações de datas significantes para a formação da nação costumam ser organizadas com uma antecedência de até cinquenta anos. Esse tempo permite que as comemorações sejam planejadas corretamente e com a grandiosidade que a data fundadora de uma nação exige. Pois como já vimos, as comemorações, principalmente dos centenários, são momentos de reflexão do passado e do presente. Assim “deveríamos aproveitar os diferentes eventos históricos para uma reflexão sobre a significação do evoluir do nosso País” (MACIEL: 2008, p. 2). Por isto é que o Senador Marco Maciel sugere a criação da Comissão Nacional para o Programa do Bicentenário da Independência.

Não se trata de um órgão executivo, mas tão somente de uma tentativa de mobilizar esforços, definir diretrizes e incentivar a participação dos três Poderes da União, dos entes federativos e das entidades e instituições privadas, para definirmos um programa que possa sintetizar nossas esperanças de dar a essa efeméride a dimensão que não soubemos ou não conseguimos lograr em outras oportunidades. (MACIEL: 2004, p. 13).

A data de instauração da comissão deveria ter sido o dia em que se comemoraram os duzentos anos da chegada da Família Real ao Brasil, mas isto não ocorreu e até a presente data a Comissão não foi instaurada.

Um outro fator que nos permite entender a razão de não existir até agora uma comissão para o bicentenário da independência, seria a grande quantidade de comemorações que ocorrem a partir do bicentenário da chegada da família real ao Brasil. Em 2008 comemoramos os duzentos anos da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e a partir de tal data temos uma série de marcos históricos a serem celebrados. Desta forma somos obrigados a transitar entre inúmeras comemorações, o que torna difícil o foco em apenas um evento. Todos estes eventos estão interligados pela narrativa historiográfica, e resultam na emancipação do Brasil. Segundo a mesma lógica, suas comemorações também estão conectadas entre si. Esse encadeamento lógico fixado pela narrativa nacional deveria servir como um incentivo maior, já que não estamos tratando apenas de uma celebração, mas de um ciclo que tem como encerramento a comemoração do nascimento da nação.

O historiador Jaime de Almeida (2006) explica que o acúmulo de várias comemorações - locais, regionais, continentais e universais - apresenta um desafio aos historiadores, que têm de circular entre estes vários eventos, que remetem a contextos e lógicas muito diferentes e por

vezes conflitantes. Isto cria “um desnorteante jogo de espelhos. O caso mais emblemático, neste sentido, é o México, onde os centenários da revolução mexicana e soviética coincidirão com o bicentenário da independência” (ALMEIDA:2006 p. 7).

Por sua parte, a Argentina já tem os preparativos para a comemoração encaminhados, principalmente devido à maior proximidade com a data. O Comité del Bicentenario foi criado em 2005, com apenas cinco anos de antecedência. É um período muito curto para se repensar o que aconteceu no país nos últimos duzentos anos e preparar uma boa agenda comemorativa. Pois é importante lembrar que em função do Bicentenário, teremos sempre uma festa anterior para servir como ponto de comparação. E este é um dos temas escolhidos pelos acadêmicos para trabalhar com a data na Argentina, a comparação entre os dois centenários, 1910 e 2010.

O Comité del Bicentenário não é apenas uma iniciativa do governo, é uma comissão que conta com a participação da sociedade civil com o objetivo de mobilizar grande parte da população. E vem tentando esta aproximação através de vários eventos e concursos que visam mobilizar a sociedade civil em torno do ano de 2010. O Brasil deveria tomar seu vizinho platino como exemplo, buscar se organizar e unir Estado e sociedade civil nas comemorações.

Não podemos esquecer, no entanto, que a sociedade argentina se encontra atualmente muito mais envolvida com a luta pelo direito à verdade acerca do que aconteceu com milhares de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar. O palco central destes enfrentamentos a respeito da interpretação do passado continua sendo a Praça de Maio.

Levando em consideração a comemoração dos V Centenário do Descobrimento do Brasil – o mais recente grande ciclo comemorativo da história brasileira – podemos fazer algumas suposições acerca da comemoração dos duzentos anos da independência. Como citado anteriormente, o papel do Estado dentro das comemorações é muito importante, mas a sociedade atual já está preparada para participar de tais eventos. Nas comemorações no ano 2000, tivemos a importante participação da Rede Globo de Televisão, que ajudou a data a não passar despercebida e procurou torná-la um grande evento. Foi após a criação da agenda “Brasil 500 anos” pela emissora que o Estado, em 1998, iniciou sua mobilização em torno de tal data (SILVA: 2003).

Para o ano de 2000 foi preparada uma série de eventos e festas em varias capitais do país: instalação de relógios com contagem regressiva em vários pontos do território nacional, além de uma programação especial sobre a descoberta do território e fixação dos portugueses no Brasil. Houve também uma busca da origem brasileira, e de forma semelhante às comemorações em

1922 houve uma aproximação com Portugal, além da criação do Museu Aberto do Descobrimento na região do sul da Bahia – local onde a nação brasileira surgiu – que destinou uma grande quantidade de recursos a recuperação dos sítios históricos da região, dedicando pela primeira vez em nossa história uma certa atenção aos grupos indígenas que ali permanecem (SILVA:2003). A historiadora Libertad Borges Bittencourt mostrou como a participação de várias organizações indígenas na comemoração, que não havia sido prevista no programa oficial, provocou um conflito com grande repercussão na imprensa nacional e internacional (BITTENCOURT:2002). Com este precedente, e levando em conta o crescimento da participação política de índios e de afro-descendentes em vários países da América Latina, bem como a retórica enérgica do projeto bolivariano liderado pelo presidente Chávez, da Venezuela, podemos prever que muitas comemorações nos próximos anos provavelmente converter-se-ão em momentos de intensa luta por novas leituras do passado.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Jaime de. *A historiografia diante da comemoração: o desafio do segundo centenário da independência da América Latina*. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq. Brasília, 2006.

ARAÚJO, Valdei Lopes. *Política e historiografia em torno da estatua eqüestre de D. Pedro I*. Rio de Janeiro, 1998. <http://209.85.215.104/search?q=cache:Xcn3MfFBq4gJ:www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Valdei%2520Lopes%2520de%2520Araujo.doc+pol%C3%AAmica+%22rio+de+janeiro%22+%22est%C3%A1tua+eq%C3%BCestre%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1>. Acesso em: 30/jul./2008.

ARÉVALO, Márcia Conceição de Massena. *Lugares de Memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. Ouro Preto: UFOP, 2004. www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3n7/marcia.htm. Acesso em: 05/jul/2008.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Festas cívicas na corte regencial*. Varia História. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, 2006. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752006000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31/jul/2008.

BITTENCOURT, Libertad Borges. *Mudança dirigida: As organizações indígenas na América Latina: México e Brasil - 1970/2002*. Tese. Brasília, 2002.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista – Affonso de Taunay e a Memória Nacional*. São Paulo: Ed. Unesp: Museu Paulista, 2005.

GUTMAN, Margarita (org.). Introdução. In. *Construir Bicentenários: Argentina*. Buenos Aires: Observatório Argentina: Fundación Octubre. Caras y Caretas, 2005, p. 10 – 25.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). *Invenção das tradições(a)*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KIRCHNER, Cristina Fernández de. El Bicentenario: uma oportunidade histórica para repensar la Argentina. In: GUTMAN, Margarita (org.). *Construir Bicentários: Argentina*. Buenos Aires: Observatório Argentina: Fundación Octubre. Caras y Caretas, 2005, p. 33 – 45.

MACIEL, Marco. *Bicentário da Independência / Marco Maciel* - Brasília: Senado Federal, 2004.
www.senado.gov.br/web/senador/marcomacielpdfs/04416_txt.pdf. Acesso em: 04/ago/2008

_____. *Discurso no Plenário do Senado Federal no dia 16/jul/2008* - Brasília: Senado Federal, 2008.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. *Festa e forças profundas na comemoração do primeiro centenário na independência na América Latina* (estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina). Tese. Brasília, 2000.

MORENO, Carlos. *IV jornada de Grupo de Trabajo Regional – Lectura de Cabildo de la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: 1996.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. n° 10, 1993

NUM, José. *Debates de Mayo II*. Buenos Aires: 2006.
<http://www.bicentenario.gov.ar/vertema.php?idtema=213>. Acesso em: 04/ago/2008.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *O Museu Paulista da USP e a memória da Independência*. Cad. CEDES, Campinas, v. 22, n. 58, 2002.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31/jul/2008.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Heróis dos Logradouros – A Estátua Equestre*. Circular dedicada aos Srs. Leitores (...). Rio de Janeiro, 1860.
<http://www.anovademocracia.com.br/index.php/Herois-dos-logradouros-A-estatua-equestre.html>. Acesso em: 30/jul/2008.

PESSOA, Eitácio. *Obras Completas de Eitácio Pessoa*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, 1956, tomo XVIII, “Liga da Defesa Nacional”.

PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação*. Cadernos de Sociomuseologia n° 15, Págs. 95-104; ULHT, 1999; Lisboa, Portugal. Tradução: Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno.
http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm. Acesso em: 04/ ago/2008.

SÁENZ, Jimena. *Entre dos centenarios. 1910-1916*. Buenos Aires: La Bastilla, 1986.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da Nação - Entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Política da Memória na Criação dos Museus Brasileiros*. Cadernos de Sociomuseologia n° 19, Págs. 99-120; ULHT, 2002; Lisboa, Portugal.
http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2019%20-%202002.pdf. Acessado em: 31/jul/2008.

SILVA, Kelly Cristiane da. *A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14/Aug/2008.